

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.586 - MG (2020/0065803-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : PAULO VITOR BRIGIDO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO VITOR BRIGIDO, com fulcro no art. 105, III, "a", da constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, à pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e ao pagamento de 16 dias-multa.

Da decisão condenatória a defesa do recorrente interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 202):

ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DECLARAÇÕES E RECONHECIMENTO DA VÍTIMA. CREDIBILIDADE. HARMONIA COM O CONTEXTO PROBATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. DECOTE DA MAJORANTE DO CONCURSO DE AGENTES. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA FIXADA EM PATAMAR ADEQUADO E SUFICIENTE, ESTANDO EM CONSONÂNCIA COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS PREVISTOS NOS ARTIGOS 59 E 68 DO CP. RECURSO NÃO PROVIDO.

- *Em crimes contra o patrimônio, que geralmente são cometidos na clandestinidade, deve ser dado relevante valor probatório à palavra da vítima, especialmente se corroborada por outras provas dos autos.*

- *Para a configuração da causa de aumento do concurso de pessoas é irrelevante que apenas um dos agentes tenha sido descoberto, não sendo necessário nem mesmo se saber as qualificações dos demais envolvidos.*

- *Estando a pena fixada em patamar adequado e suficiente à reprovação do ilícito, com observância do critério trifásico determinado pelo art. 68 e da regra do art. 59 do CP, a mesma deve ser mantida.*

- *Recurso não provido.*

Daí o presente recurso, no qual o recorrente alegou que o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

objurgado teria violado o disposto no art. 59 do Código Penal, ao argumento de que teria havido exasperação injustificada da pena-base quanto ao vetorial consequências, lastreado no prejuízo financeiro, elemento ínsito ao tipo penal.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **provimento do recurso especial**.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Assiste razão à defesa do recorrente.

De fato, no caso, o Tribunal de origem manteve a negatização do vetorial **consequências** em virtude da não restituição do bem subtraído.

Ocorre que tal situação não configura fundamento concreto para a elevação da pena-base porquanto o decréscimo patrimonial é efeito ínsito ao delito em questão. Assim, tal vetorial não pode ser considerado desfavorável.

Redimensiono a reprimenda.

Afastadas as consequências, a pena-base fica no mínimo de 4 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Na segunda fase do cálculo, aplicada a agravante da reincidência em 4 meses (1/12), o *quantum* de pena alcança 4 anos e 4 meses de reclusão e 10 dias-multa.

No derradeiro estágio, aplicada a majorante do concurso de pessoas em 1/3, a reprimenda fica definitivamente estabelecida em **5 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão e 13 dias-multa**, ante a ausência de outras causas de aumento ou diminuição.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** nos termos ora delineados e mantenho, no mais, o acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator